

EDUCAÇÃO, DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE: UMA RECONSIDERAÇÃO DA AÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Manuel Barbosa

Universidade do Minho, Instituto de Educação

mbarbosa@ie.uminho.pt

RESUMO: As gramáticas da vida decente e digna são afirmadas pela democracia para se justificar, quer como forma de governo, quer sobretudo como forma de vida regulada pela defesa dos direitos humanos, mas os problemas que ela própria criou, ou não soube afrontar atempadamente, colocam agora em risco a sua sustentabilidade económica, social e ambiental, a qual se afigura determinante para cumprir com a promessa de vida decente e digna para todos. A sociedade civil, situada entre as forças do mercado e os poderes públicos, não pode ficar indiferente a tudo isso, uma vez que as oportunidades de vida boa, segundo padrões de decência e dignidade, também concernem as suas instituições e organizações mais representativas. A sociedade civil, enquanto laboratório de experimentação de novas práticas sociais e de reconfiguração de atitudes e comportamentos, é uma força de educação a ter em conta no relançamento do projeto democrático em termos sustentáveis e é isso que pretendemos demonstrar nesta comunicação, pondo em destaque, por um lado, o necessário resgate da sociedade civil como agência de educação para a democracia e, por outro, reconsiderando o seu protagonismo na defesa da sustentabilidade económica, social e ambiental desse projeto de vida em comum cuja *ultima ratio* é a efetiva concretização do direito humano a uma vida decente e digna sem exclusões e discriminações de ninguém.

Introdução

Afinal, e não obstante a crescente aceitação dos seus ideais e das suas instituições, nem tudo vai bem na casa da democracia. A uma crise de democraticidade ou legitimidade que já conhecíamos, sobretudo no plano da elaboração de políticas, soma-se agora uma crise de sustentabilidade ou durabilidade no que concerne a garantia de vida decente e digna para todos. A democracia, para se justificar, acena com a promessa de vida boa para todos, mas hoje, face a problemas que ela própria criou, ou não soube resolver atempadamente, corre o risco de se tornar insustentável, e isso não apenas no estrito plano económico e social, mas também, e cada vez mais, no plano ambiental ou ecológico.

Presentemente, e diante dessa situação, põe-se a questão da viabilidade da democracia e da sua durabilidade, ao mesmo tempo que se pergunta se a educação, desde as instâncias da sociedade civil, pode ajudar a relançar o projeto democrático de maneira sustentável.

A questão da sustentabilidade da democracia não diz apenas respeito aos poderes públicos e aos decisores políticos. Porque afeta as oportunidades de vida boa das pessoas, segundo padrões mínimos de decência e dignidade, também concerne a sociedade civil. Assim, torna-se importante averiguar, com sentido crítico e com a devida ponderação, se a sociedade civil, nas circunstâncias presentes, coloca o seu grão de areia na empresa de sustentação da democracia e se há ajustamentos a fazer nesse processo.

A sustentabilidade da democracia coloca-se em vários patamares de análise e reflexão, porém, no espaço deste texto, apenas equacionamos três vertentes: a económica, a sociológica e a ambiental ou ecológica. Os aspetos considerados articulam-se com a promessa de vida decente e digna para todos e é a essa luz que será discutida a relação entre educação, democracia e sustentabilidade. Antes de mais, e numa primeira etapa, surge a necessidade de esclarecer se essa relação é mais que um jogo de palavras ou uma retórica vazia de conteúdo. Depois, e num segundo momento de análise, convém escrutinar as razões que levam a considerar a sociedade civil uma outra escola de educação para a democracia, especialmente numa altura em que muitas esperanças são depositadas na sua ação, seja nas questões mais diretamente sociais e políticas, seja nos temas educativos. Por fim, e já na ótica do estudo da relação entre educação e democracia sustentável, importa revisitar o protagonismo da sociedade civil nessa matéria, aquilatando a conveniência de perspetivar esse protagonismo em termos que correspondam aos desafios de sustentabilidade que hoje se colocam aos sistemas democráticos cuja *ultima ratio* é a efetiva concretização do direito humano a uma vida decente e digna sem exclusões e discriminações de ninguém.

Educação, Democracia E Sustentabilidade

À medida que a democracia se vai expandindo pelo planeta e se torna «linguagem política global» (Keane, 2009: 849), também crescem os receios quanto ao seu futuro: será a democracia capaz de ultrapassar a crise de confiança na política democrática e de pôr cobro aos problemas que parecem inviabilizar a realização da promessa de vida decente e digna para todos? Nem tudo vai bem na casa da democracia, e o mal-estar não se correlaciona apenas com a dificuldade de cumprir com a promessa de autogoverno e de igual participação na condução dos destinos comuns. Se esta

questão da democraticidade dos processos deliberativos está bem documentada e é objeto das mais variadas propostas de superação, nomeadamente no seio das teorias normativas da democracia, o mesmo não se poderá dizer desse outro problema que angustia os cidadãos dos sistemas democráticos: a crise de sustentabilidade da democracia.

O problema da sustentabilidade da democracia, não sendo verdadeiramente novo e apenas dos nossos dias, emerge contudo no tempo presente de maneira fulgurante em três grandes áreas: na área económica (com a crise da economia consumista); na área sociológica (com a crise da inclusão de todos num projeto de vida em comum), e na área ecológica (com a iminência da crise ambiental mundial). Se é certo que a crise de democraticidade ou de legitimidade causa desconforto e tira brilho à ideia de democracia, também é verdade que cresce o mal-estar e a apreensão quanto à questão da sustentabilidade dos regimes democráticos no triplo horizonte em que a colocamos: económico, sociológico e ecológico.

Costuma-se dizer que hoje, por um efeito de moda, tudo se concebe em termos de sustentabilidade: o desenvolvimento, o crescimento, a produção, o consumo, as relações sociais, a coexistência, o ambiente e os recursos naturais. Como assinala sugestivamente Ángel Saiz (2007: 293), «Tudo o que existe sob a luz do sol é agora chamado a desenvolver-se de modo sustentável: as cidades e os espaços naturais protegidos, os países e os setores industriais». É um facto que abundam as retóricas em torno da sustentabilidade e que muitas vezes não se sabe bem o que significa esse termo. Esta ambiguidade do conceito autoriza uma multiplicidade de usos instrumentais e só pode gerar confusão terminológica. Uma das confusões que normalmente ocorre é a identificação de sustentabilidade com desenvolvimento sustentável. Importa sublinhar que não são a mesma coisa: a sustentabilidade, segundo a teoria política verde e o ecologismo político, tem um conteúdo mais radical que o desenvolvimento sustentável. Enquanto este visa a reforma do sistema económico de modo a não destruir a natureza, a sustentabilidade, essa, «é um princípio genérico que logo se pode especificar em diferentes modelos económicos e ordens sociais» (Saiz, 2007: 286).

A sustentabilidade traduz uma ideia simples, já presente no Relatório da Comissão Brundtland de 1987: a ideia de permanência ou durabilidade. É esta ideia que se aplica cada vez mais à democracia, e não só como regime ou modelo de governação,

mas também como «forma de sociedade» (Rosanvallon, 2011: 360), ou seja, e segundo o mesmo autor (2011: 386), como «organização deliberada de uma vida em comum entre pessoas diferentes».

A durabilidade ou sustentabilidade da democracia é hoje um problema face à necessidade de a todos garantir uma vida de acordo com padrões aceitáveis de decência e dignidade. A democracia, como reconhecem os verdadeiros democratas, entre os quais Edgar Morin (2012: 103), «é um sistema frágil», e advém tanto mais frágil quanto menos cuida da sua durabilidade ou sustentabilidade, seja no plano político, o qual não entra nesta nossa analítica reflexiva, seja no plano da sociedade, da economia e, mais além, na envolvente ecológica da vida.

Na área das atividades económicas e, portanto, da economia, a insustentabilidade da democracia resulta do facto de esta última se ter tornado uma «democracia consumista» (Berggruen & Gardels, 2012: 57), devoradora de recursos e baseada no crescimento económico contínuo. A democracia, após a Segunda Guerra Mundial, casou-se alegremente com o consumismo e confundiu o bem-estar com a prosperidade estritamente material. Ora, a satisfação do consumismo não se faz sem produtivismo e este, enquanto fabricação desenfreada de novos objetos para utilizar e logo descartar, está a confrontar-nos com a sobre-exploração e consequente redução dos recursos naturais. A democracia consumista faz passar a ideia que mais é necessariamente melhor e que uma vida decente e digna se constrói aumentando os níveis de consumo de bens materiais. A mudança climática, a degradação dos ecossistemas e o fantasma da escassez de recursos a curto prazo são fatores que nos indicam que esse caminho da democracia é insustentável. Não é estimulando a volúpia do consumo e a dependência das compras que a democracia se torna durável ou sustentável em termos económicos. Se assim fosse não haveria alternativa, ou escapatória possível, à sacrossanta doutrina do crescimento económico contínuo.

A democracia, e antes de mais nas economias avançadas, rendeu-se a essa mirífica doutrina, cheia de promessas e sonhos materialistas. Não sem surpresas, passou a cultivar estilos de vida consumistas e a usá-los como alavancas da expansão do crescimento. Do crescimento desregrado e para além da satisfação de necessidades básicas. Criou, assim, problemas inesperados, e não só ao nível social, como sublinha Tim Jackson na sua obra *Prosperidade sem crescimento: economia para um planeta*

finito. Se o crescimento, como mostra Jackson, já é socialmente problemático pelo facto de instalar, no corpo social, o vírus da competição pelas posições mais vantajosas em termos de acesso ao mercado de bens materiais, outro tanto acontece, e talvez com mais dramaticidade, no que concerne a economia e a ecologia: não só nos encerra na «jaula de ferro do consumismo» (2011: 156), ecologicamente catastrófico para a preservação dos equilíbrios ambientais e dos recursos naturais, como é incapaz, contra as teses mais otimistas, de levar avante a tão desejada estabilidade do sistema económico. Assim se compreende que o crescimento, *hardcore* da economia consumista, seja «ecologicamente insustentável, socialmente problemático e economicamente instável» (2011:214).

As democracias consumistas fizeram de todos nós inveterados consumidores: «Agora, somos todos consumidores. Antes de mais, e em primeiro lugar, somos consumidores, consumidores por direito e por dever» (Bauman, 2012: 99). Mais: «Fomos pressionados e seduzidos a ver no ato de comprar a receita que propicia uma boa vida, a solução de todos os nossos problemas» (2012: 101). Se julgamos que o crescimento, indispensável a essa receita de vida feliz, nos vai abrir as portas do paraíso terrestre, provavelmente estamos enganados: «Aqueles que esperam que o crescimento nos vai conduzir a uma utopia materialista estão condenados à decepção. Simplesmente, não dispomos da capacidade ecológica para alcançar semelhante sonho. Em finais deste século, os nossos filhos e os nossos netos vão-se enfrentar com um clima hostil, escassez de recursos e de alimentos, a destruição de habitats, a aniquilação de espécies, migrações massivas e, quase inevitavelmente, guerras» (Jackson, 2011: 243).

O matrimónio da democracia com a ideologia comunista, ultimamente reforçado com apelos de regresso às compras e de investimentos no aumento da produção material, atira-nos a breve trecho para o precipício da crise ambiental mundial, sobretudo na forma de mudanças altamente comprometedoras das bases e das condições da nossa sobrevivência civilizada no planeta, e revela, desse modo, que a democracia se confronta, doravante, com a sua insustentabilidade, não só económica como também ecológica.

A esta dupla insustentabilidade, já de si preocupante para o futuro da democracia, acrescenta-se uma de cariz sociológico: a insustentabilidade que deriva do «separatismo social generalizado» (Rosanvallon, 2011: 385), tal como se pode verificar

nos comportamentos de evitação e de reclusão, em espaços homogêneos, de pessoas pertencentes a línguas, culturas e religiões diferentes. A multiculturalidade das democracias não é um facto novo, e nem sequer surpreendente, mas hoje, sob o efeito conjugado da intensificação das interações globais e dos novos fluxos migratórios, essa realidade é mais notória, especialmente nos meios urbanos com melhores argumentos sociais e económicos. Ora, é precisamente nesses meios que mais se faz sentir a tendência à «fragmentação étnica, cultural e religiosa» entre autóctones e estrangeiros (Martiniello, 2011: 57), e bem assim a segregação residencial, com o surgimento de bairros étnicos e de áreas onde se refugia o *homo munitus*, isto é, o homem «fechado sobre si mesmo no entre-si dos seus duplos» (Rosanvallon, 2011: 385-386). A paisagem cultural das democracias torna-se diversa e complexa, mas nem por isso mais integradora e inclusiva. O discurso neoassimilacionista está de volta a certas democracias, como as ocidentais, e em particular na Europa, e dá-se a afirmação vigorosa de uma agenda pós-multiculturalista, assente na obrigação de assimilação para quem chega a essas paragens. O lema é: sê como nós, ou vai-te embora.

A preocupação de inclusão e abertura, enquanto imagem de marca dos regimes democráticos, parece estar em recessão em certas democracias. «Somos espectadores, até ao momento impotentes, de uma vaga de sentimentos neotribais que se expande desde Copenhaga até Roma, e desde Paris até Praga» (Bauman, 2012: 17). O resultado é o revivalismo nacionalista de outros tempos e a subida em flecha da xenofobia, «hoje sobredeterminada pela insegurança económica e política, engendrada pela globalização» (Brown, 2009: 106). Afinal, mais além das aparências, certas democracias ainda perseguem o «ideal monocultural da pureza» (Beck, 2009: 147) e são trabalhadas, nas atuais circunstâncias, pela lógica da divisão e da oposição entre nativos e forasteiros, autóctones e estrangeiros. Não é certamente desta forma que a democracia ganhará sustentabilidade sociológica enquanto projeto de vida em comum, ou, segundo a bela fórmula de John Dewey (2007: 88), enquanto «forma de vida associada», na partilha de um mesmo destino, de uma mesma experiência, não obstante a diversidade que mora nela.

Mais uma vez, e agora no que concerne a coesão social, fica patente o défice de sustentabilidade da democracia. Resta saber se a educação, enquanto agência de preparação para a democracia, pode ajudar a suprir esse défice, ou pelo menos, a mitigá-

lo, designadamente a partir das instâncias da sociedade civil. Ou seja: precisamos de saber se a educação, desde essas esferas, também pode dar o seu contributo à empresa de sustentação da democracia e de que modo é que isso poderia ser feito atendendo aos desafios de sustentabilidade que hoje assolam os sistemas democráticos. Entretanto, e como passo prévio, convém escrutinar as razões que levam a considerar a sociedade civil uma agência de educação para a democracia mais além das instituições com responsabilidades diretas nessa matéria.

A sociedade civil enquanto agência de educação para a democracia

A democracia, enquanto forma de vida associada que procura materializar, nos mais diversos contextos, o direito humano a uma vida decente e digna, não se faz da noite para o dia. É um empreendimento difícil, moroso e totalmente dependente das pessoas. A implicação das pessoas é determinante, seja para erguer o edifício da democracia, seja para dar continuidade ao seu projeto, preservando-o da corrosão.

A casa comum da democracia, onde se espera que todos tenham acesso a uma vida decente e digna, é um processo em construção e, nessa empreitada, precisa de contar com «mão-de-obra» qualificada, a qual, como se tem observado desde John Dewey, só pode resultar da educação. De uma educação democrática, assente na capacitação das pessoas, no seu *empowerment*, tanto no capítulo das virtudes cívicas como na área das competências críticas e políticas.

A educação é a chave da democracia, quer na edificação, quer nas reconstruções sucessivas, e tudo indica que essa função social democrática não se resume às escolas nem se esgota nelas. Precede as instituições escolares, complementa o seu trabalho e vai além delas, numa dinâmica que também abrange a sociedade civil. Faz algum sentido resgatar e revalorizar a função educativa da sociedade civil em termos democráticos? É a sociedade civil, além da escola democrática, um agente de educação para a democracia?

Qualquer correlação simplista entre sociedade civil e democracia é de evitar, pois as provas empíricas não validam esse tipo de correlações (Roßteutscher, 2000: 247). Se há associações que capacitam para a democracia, também há outras em sentido contrário: «Por um lado, há muitas coisas que as associações da sociedade civil fazem pela democracia e, por outro, muitos tipos e combinações de associações não são boas

para a democracia» (Burns, 2004: 156). A idealização, sem *nuances*, do potencial democrático e democratizante das organizações da sociedade civil merece ser criticada, pois nem todas as organizações são democráticas: «É evidente que as associações não são todas democráticas. Há algumas que alimentam injustiças, e até se esforçam em socavar as bases do sistema democrático. Numerosas são as associações cujo funcionamento é autocrático e todos podemos citar exemplos de associações dirigidas por demagogos e manipuladores, sem referir os casos onde o poder é monopolizado por inamovíveis dirigentes» (Laville, 2010: 22).

As organizações da sociedade civil, desde a esfera da intimidade (família) às organizações de caridade, passando pelos movimentos sociais e as organizações não-governamentais, as igrejas, os sindicatos, os grupos cívicos e ambientais, os grupos de defesa de direitos e prerrogativas, as organizações de entreaajuda, as coletividades recreativas, culturais e desportivas, as comunidades residenciais, os grupos étnicos e as associações de imigrantes, entre tantas outras realidades organizacionais que formam a rica tapeçaria de entidades constitutivas da sociedade civil, são agências informais e não formais de educação e formação, porém, nem sempre no sentido das regras, normas e valores da democracia. Importa reconhecer, com Otayek (2000: 126), que a sociedade civil, «não sendo forçosa e totalmente democrática, também pode brilhar pela sua incivilidade». Pode ser portadora, como refere mais adiante (p. 129), «tanto de tendências democráticas como tirânicas». Não há uma inocência natural da sociedade civil e as suas instituições também podem fazer muito mal à democracia.

Seja como for, e dentro da moderação que se impõe, é possível ver na sociedade civil um importante agente de educação para a democracia: «As associações podem desenvolver as capacidades democráticas dos indivíduos. Esta função pode englobar o fornecimento de informação e a educação dos cidadãos, o desenvolvimento do seu sentido de eficácia política, a promoção das capacidades deliberativas e o desenvolvimento de virtudes cívicas, tais como a tolerância, a confiança, o respeito pelos outros e a reciprocidade» (Warren, 2004: 88). Evidentemente, cada instituição da sociedade civil tem os seus próprios fins diferenciados. Porém, quando participamos nelas, «também desenvolvemos virtudes cívicas, qualidades que nos preparam para ser bons cidadãos. Aprendemos, por exemplo, a pensar no bem comum, a exercitar a responsabilidade, a abordar interesses em conflito, a defender as nossas opiniões

respeitando as das outras pessoas. Acima de tudo, as instituições da sociedade civil abstraem-nos dos nossos interesses privados e egoístas e inculcam-nos o hábito de nos preocuparmos com o bem comum» (Sandel, 2008: 83).

A sustentabilidade da democracia, vista pelo prisma da garantia de vida decente e digna para todos, é um bem comum precioso e a sociedade civil, por intermédio das suas organizações mais representativas, tem dado mostras de implicar os cidadãos na defesa desse bem comum, seja nas esferas recatadas, e pouco visíveis, do seu lado privado, seja sobretudo nas arenas da esfera pública.

Assim, e porque é preciso, nas circunstâncias desafiantes do presente, renovar o compromisso da sociedade civil com a defesa da sustentabilidade económica, social e ambiental da democracia, quanto mais não seja para esta honrar as suas promessas de vida decente e digna, conviria revisitar o protagonismo da sociedade civil nessa matéria e procurar saber de que modo é que as suas esferas, de banda larga educativa e formativa, podem hoje contribuir para a construção e a sedimentação de uma democracia efetivamente sustentável ou durável.

Educação e democracia sustentável: uma reconsideração da ação da sociedade civil

Existe certamente uma diversidade de caminhos para alcançar a sustentabilidade da democracia ou, pelo menos, para nos abeirarmos dela, porém, algo parece incontornável e único: a necessidade irrecusável de educação para chegar a essa meta. E isso por uma razão muito simples: a sustentabilidade tem pouco a ver com a nossa natureza, com os nossos impulsos naturais, tal como adverte Tim Jackson, apoiado em Richard Dawkins: «Abandonados aos nossos mecanismos individuais, perde-se a esperança de as pessoas se comportarem espontaneamente de maneira sustentável. Como é afirmado pelo biólogo evolucionista Richard Dawkins, a sustentabilidade ‘não é em nós natural’» (2011: 200).

Se não nos comportamos espontaneamente de acordo com as exigências da sustentabilidade, designadamente da democracia, é ao artifício da educação que temos de recorrer, e não apenas aos contextos formais da escolarização, como é muito corrente afirmar, mas também aos espaços informais e não formais onde nos tornamos «homens e mulheres sociáveis e comunitários» (Walzer, 2010: 188), isto é, à própria sociedade civil.

O recurso à sociedade civil está duplamente justificado. Por um lado, encontra razão de ser no facto da nossa humanidade se criar e recriar nas suas esferas e de nelas encontrar um espaço para a experimentação de sociabilidades alternativas. Ou seja, também devemos contar com a sociedade civil na mudança de atitudes e comportamentos, nomeadamente quando falamos em estilos e modos de vida requeridos pela sustentabilidade da democracia. Por outro, e numa altura em que se acumulam os sinais de uma «crise de confiança nas instituições da democracia política representativa» (Petrucciani, 2010: 89), e, portanto, de uma diminuição dos níveis de apreço pela política mais institucionalizada, talvez seja necessário recorrer à sociedade civil para reconstruir ou dar novo fôlego ao projeto democrático desde baixo, ou seja, e segundo Beck (2013: 101), «a partir da base». Assim, em vez de olharmos fixamente para cima, para as elites que supostamente relançariam a busca de uma democracia sustentável, quer do ponto de vista económico quer do ponto de vista ecológico e sociológico, algo teríamos a ganhar se retomássemos o caminho original da democracia «que vai de baixo para cima», como assinala Alain Touraine (2012: 141).

A sociedade civil, por si só, não pode curar os males do mundo nem ser aclamada como o último elixir em data para os problemas de sustentabilidade da democracia. Seja como for, mal estaríamos se não fôssemos capazes de ver na sociedade civil, inclusive desde a esfera familiar, um poder transformador de atitudes e comportamentos em ordem a mitigar, se não a ultrapassar, os entraves a uma democracia sustentável. A importância da sociedade civil, nos contextos onde a sua ação se desenvolve com naturalidade, tem sobretudo a ver com essa capacidade de reconversão das condutas e de alteração dos seus pressupostos. É como agente da mudança comportamental e, mais além, dos estilos de vida, que a sociedade civil se afirma como sistema educador. O seu aproveitamento é, pois, fundamental, tanto mais quanto a sustentabilidade da democracia se ganha ou se perde ao nível dos nossos géneros e modos de vida.

A implicação da sociedade civil nas questões da sustentabilidade é um dado adquirido e os benefícios daí resultantes não são de desprezar na consolidação económica, social e ecológica da democracia. Ainda assim, e fazendo uma retrospectiva dessa implicação ao nível dos movimentos sociais e de grandes organizações não-governamentais, verifica-se que essa ação ou protagonismo se ressent de alguma

unilateralidade pelo facto de insistir, não propriamente na modificação ou reconversão de estilos de vida, mas em campanhas de informação à população e em iniciativas de denúncia, protesto e pressão sobre decisores políticos e atores empresariais. Sem deixar de ser meritória, e de continuar atual, sobretudo se tivermos em conta o laxismo de certos atores políticos tradicionais, importaria deslocar o foco das atenções da ação da sociedade civil para investimentos educativos de proximidade no sentido de almejar aquilo que hoje em dia parece essencial: a modificação dos modos de estar na vida com preocupações de sustentabilidade.

Uma reorientação da ação da sociedade civil nessa direção, quando assumida pelas suas organizações, cria a oportunidade de sustentabilidade da democracia e de um cumprimento efetivo da sua promessa de vida decente e digna. A vida decente e digna é o objetivo último, mas o que é a vida decente e digna? A vida decente e digna, enquanto axioma moral da democracia, não é fácil de definir com precisão, dado relevar, em diferentes lugares, de diversos entendimentos do que é o respeito e a não humilhação. Seja como for, duas perspetivas se associam, correntemente, à noção de vida decente e digna: por um lado, a igual consideração e respeito por todos os seres humanos, qualquer que seja a sua raça, etnia, cultura, identidade ou religião (Nussbaum, 2013: 91) e, por outro, a perspetiva das condições não degradantes de existência humana, abrangendo todas as dimensões e todas as situações da vida quotidiana em sociedade (Margalit, 2010: 176-177).

A sustentação da democracia, no capítulo da economia, da sociedade e da ecologia, é essencial a esses padrões de vida humana e a sociedade civil, com uma ação educativa de proximidade, mais baseada na força do exemplo do que na exortação retórica, pode ser de grande ajuda nesse sentido se apostar cada vez mais, e de forma decisiva, na ativação de estilos de vida económicos, ecológicos e conviviais assentes, respetivamente, numa cultura da frugalidade, da cidadania ambiental e da convivialidade.

O que precisamos, hoje em dia, para além de medidas de política social, económica e ambiental, é de ativar esses estilos de vida contando com o apoio da sociedade civil e das suas estruturas. O estilo de vida económico, sendo válido em qualquer lugar, dados os limites biofísicos do planeta, e consistindo, basicamente, em viver melhor com menos, ajusta-se particularmente a quem vive na opulência e na

dependência das compras, seja nos «países ricos em que se multiplicam os pobres», seja nos «países pobres em que há muitos ricos» (Berggruen & Gardels, 2012: 55). A sociedade civil, dando incentivos à «cultura da frugalidade consentida» (Sempere, 2009: 197), ou da «simplicidade voluntária» (Jackson, 2011: 97), joga um importante papel na construção, ou reconstrução, desse novo estilo de vida. A questão, evidentemente, não passa por desconsiderar a necessidade de consumo material, mas de o adequar a um padrão de vida decente e digna dentro das possibilidades ecológicas existentes. Nesta ótica, faz todo o sentido induzir, desde os grupos sociais primários, o *downshifting*, ou redução do consumo material excessivo, como via ou caminho de um consumo verdadeiramente responsável, atento a critérios ambientais e avesso a danos sociais colaterais. A razão de fundo, para essa «cura de emagrecimento» da vida consumista, ressalta sibilamente nas palavras de María Palop (2011: 109): «O consumo excessivo é insustentável e não se pode generalizar; é negativo para alcançar uma boa qualidade de vida; afeta negativamente os países em vias de desenvolvimento, dado que aumenta a desigualdade internacional, e remete para as gerações futuras o alto preço que é preciso pagar pelo nosso adolescente *carpe diem*».

A um estilo de vida consumista, devorador de recursos e criador de injustiças sociais, precisamos de contrapor, desde as esferas da sociedade civil, um estilo de vida frugal, contido no uso de capital natural e preferindo, no âmbito do mercado, produtos resultantes do comércio justo e de atividades industriais limpas ou verdes. Seria um estilo de vida onde não haveria lugar, nem para a hegemonia do quantitativo, nem para a corrida desenfreada atrás das últimas modas, nem para o breve gozo das coisas do «homo consumens» (Bauman, 2007: 136). Seria antes um passo em frente na direção do bem-viver, o qual, segundo Hessel e Morin (2012: 28), «deve significar qualidade de vida, não quantidade de bens, e englobar, antes de mais, o bem-estar afetivo, psíquico e moral».

O estilo de vida ecológico, esse, consistiria num *care* ambiental, mais preocupado com a conservação e o cuidado do património natural, essencial à manutenção das condições materiais de uma vida decente e digna, do que propriamente com a sua utilização racional e sustentável, como aliás deve ser apanágio do estilo de vida económico. Assim, e atendendo a essa prioridade, o estilo de vida ecológico, assente numa cultura de cidadania ambiental, igualmente dependente dos estímulos da

sociedade civil, daria especial atenção às nossas obrigações ambientais de modo a não comprometer, ou anular, «a capacidade de outras gerações presentes e futuras realizarem opções importantes para si mesmas» (Dobson, 2010: 158).

O importante e verdadeiramente decisivo, em termos de estilo de vida ecológico, seria evitar que a nossa pegada ecológica, resultante da produção e reprodução da vida diária, viesse a impedir, no presente e no futuro, que outros seres humanos tenham vidas significativas e oportunidades de vida boa. A tarefa não é fácil, sobretudo em contextos sociais onde ainda prevalece um certo alheamento em relação aos impactos ambientais da atividade humana, mas tem que encontrar alguma forma de realização, caso se queira caminhar na direção da sustentabilidade ambiental e, conseqüentemente, da democracia sustentável.

Assim como a sociedade civil, nas esferas de maior proximidade e intensidade comunicacional, pode ser de grande ajuda na promoção e no reforço de um estilo de vida ecológico através do exemplo das boas práticas, nomeadamente em termos de pegada ecológica, também o pode ser na promoção e no reforço de estilos de vida conviviais, assentes no respeito e no reconhecimento mútuos de pessoas pertencentes a raças, etnias, culturas, identidades e religiões diferentes. A sustentabilidade da democracia, sobretudo a que procura uma vida decente e digna para todos, não é apenas uma questão económica e ecológica, dependente de novas atitudes e de novos valores nesses domínios. É também, e mais ainda, uma questão sociológica, ou seja, de vida em comum em espaços saturados de diversidades étnicas, culturais, identitárias e religiosas. Não há forma de escapar às tendências separatistas que atingem como um vírus o tecido social de certas democracias se não se aposta, e desde logo a partir da sociedade civil, na construção de um bem-estar relacional entre todos, nativos e forasteiros, autóctones e estrangeiros, sabendo de antemão que «a melhor maneira de experimentar a diferença é, segundo Richard Sennett (2011: 26), estabelecer com ela uma cooperação informal e aberta. Ou seja, o que este autor nos diz no seu curto e interessante ensaio sobre as melhores formas de abordar e lidar com as diversidades presentes nas nossas sociedades é manter com elas, nos contextos onde se realizam as atividades diárias, interações informais, abertas e cooperativas.

Assim, e mais uma vez, os espaços característicos da sociedade civil saem revalorizados na promoção de novos estilos de vida, os quais, nas circunstâncias

presentes, são incontornáveis na edificação de uma democracia sustentável. Agora, o estilo em questão é o convivial, visando, através de contactos informais, a soldadura de um tecido social em vias de se desconjuntar, especialmente nas democracias de certos países centrais, supostamente consolidados no respeito das diversidades culturais.

A convivialidade, a frugalidade e a cidadania ambiental, enquanto pressupostos culturais dos estilos de vida económicos, ecológicos e conviviais, não são fáceis de alcançar face à resistência de hábitos consolidados e a condicionantes estruturais. Ainda assim, porque são essenciais a uma democracia capaz de garantir, no presente e no futuro, condições de vida decente e digna, não parece haver outro caminho se não apostar na sua construção, e isso desde as esferas predominantemente informais da sociedade civil.

Reflexão (in)conclusiva

O principal inimigo da ideação prospetiva é, sem dúvida, a simplificação e aqui, equacionando a via que nos pode levar à democracia sustentável, não nos é permitido cair nesse erro epistemológico. Assim, convém assinalar, prevenindo conclusões erradas, que «a mudança individual e a mudança social são indissociáveis, sendo insuficientes uma sem a outra» (Hessel & Morin, 2012: 62). O que queremos dizer, nesta reflexão final, é que a democracia da vida decente e digna, com durabilidade ou sustentabilidade, não depende apenas de mudanças pessoais, no caso vertente, a alteração de géneros e modos de vida, por mais importantes que sejam para atingir essa meta. Está suspensa, também, de iniciativas políticas ao mais alto nível, e não somente no quadro nacional, pois muitos dos entraves à democracia sustentável não têm barreiras nem fronteiras, como acontece com os problemas ambientais e, em parte, com as questões económicas mais prementes.

Em ambos os casos, no entanto, o protagonismo da sociedade civil é um dado a reter, pois contribui decisivamente para as mudanças individuais, ao nível das atitudes e dos comportamentos, e para as mudanças sociais e políticas, «mediante uma ação capilar de impregnação de novas prioridades e valores» (Sempere, 2009: 194), seja no pequeno mundo da geografia nacional, seja no amplo espaço da geografia global ou planetária. A sociedade civil, cada vez mais globalizada (Keane, 2008), pode interferir positivamente na criação de condições favoráveis à emergência de democracias

sustentáveis e também pode ser importante para as tornar duráveis. A pedra de toque, ou o fecho da abóboda, é e sempre será o fortalecimento da sociedade civil, tanto a nível doméstico ou interno como a nível externo ou internacional. Mas essa é outra questão que merece um tratamento diferenciado e mais espaço de reflexão.

Referências bibliográficas

- Bauman, Zygmunt (2007). *Vida de consumo*. Buenos Aires/México/Madrid: Fondo de Cultura Económica.
- Bauman, Zygmunt (2012). *Sobre la educación en un mundo líquido*. Barcelona: Paidós.
- Beck, Ulrich (2009). *El dios personal. La individualización de la religion y el «espíritu» del cosmopolitismo*. Barcelona: Paidós.
- Beck, Ulrich (2013). *A Europa alemã*. Lisboa: Edições 70.
- Berggruen, Nicolas & Gardels, Nathan (2012). *Gobernanza inteligente para el siglo XXI*. Madrid: Taurus.
- Brown, Wendy (2009). *Murs. Les murs de séparation et le déclin de la souveraineté étatique*. Paris : Les Prairies Ordinaires.
- Burns, Tom (2004). O futuro da democracia no contexto da globalização e da nova política. In: Viegas, José.; Pinto, António.; Faria, Sérgio (Orgs.). *Democracia: novos horizontes e novos desafios* . Oeiras: Celta, pp. 125-159.
- Camps, Victoria (2010). *El declive de la ciudadanía. La construcción de una ética pública*. Madrid: PPC.
- Dewey, John (2007). *Democracia e educação*. Lisboa : Didáctica Editora.
- Dobson, Andrew (2010). *Ciudadanía y medio ambiente*. Barcelona : Proteus.
- Hessel, Stéphane & Morin, Edgar (2012). *O caminho da esperança. Um apelo à mobilização cívica*. Lisboa: Planeta.
- Jackson, Tim (2011). *Prosperidad sin crecimiento. Economía para un planeta finito*. Barcelona: Icaria.
- Keane, John (2008). *La sociedad civil global y el gobierno del mundo*. Barcelona: Hacer.
- Keane, John (2009). *Vida e morte da democracia*. Lisboa: Edições 70.
- Laville, Jean-Louis (2010). *Politique de l'association*. Paris: Seuil.
- Margalit, Avishai (2010). *La sociedad decente*. Barcelona: Paidós.
- Martiniello, Marco (2011). *La démocratie multiculturelle*. Paris: Presses Sciences Po.
- Morin, Edgar (2012). *La voie. Pour l'avenir de l'humanité*. Paris: Pluriel.
- Nussbaum, Martha (2013). *La nueva intolerancia religiosa*. Barcelona: Paidós.
- Otayek, René (2000). *Identité et démocratie dans un monde global*. Paris: Presses Sciences PO.
- Palop, María (2011). *Claves para entender los nuevos derechos humanos*. Madrid: Catarata.
- Petruciani, Stefano (2010). Crise de légitimité, pouvoir et démocratie. In: Zarka, Yves (Ed.). *Repenser la démocratie* . Paris: Armand Colin, pp. 89-98.
- Rosanvallon, Pierre (2011). *La société des égaux*. Paris: Seuil.
- Roßteutscher, Sigrid (2000). Democracia associativa. As instituições voluntárias como campo de treino para a democracia? In: Viegas, José.; Dias, Eduardo (Orgs.), *Cidadania, integração, globalização* . Oeiras: Celta, pp. 233-254.

- Saiz, Ángel (2007). Sostenibilidad. In: Zapata-Barrero, R. (Ed.). *Conceptos políticos* . Madrid: Síntesis. pp 275-299.
- Sandel, Michael (2008). *Filosofía pública*.. Barcelona: Marbot Ediciones.
- Sempere, Joaquim (2009). *Mejor con menos*. Barcelona: Crítica.
- Sennett, Richard (2011). Humanism. *The Hedgehog Review*, 21-31.
- TouraineE, Alain (2012). *Depois da crise*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Walzer, Michael (2010). *Pensar politicamente*. Barcelona: Paidós.
- Warren, Mark (2004). Que tipo de sociedade civil é melhor para a democracia? In: Viegas, José; Pinto, António; Faria,Sérgio (Orgs.), *Democracia: novos desafios e novos horizontes* . Oeiras: Celta, pp. 85-97.